

Marília Raiane Rodrigues Silva

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atua como pesquisadora no Núcleo de Estudos Geoambientais (Nuclamb-UFRJ). É mestra em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e bacharel em Turismo, também pela UFMG marilia.raiane@hotmail.com

Notas sobre o processo de urbanização brasileiro: um olhar para as “cidades do agronegócio”

Resumo

Por meio deste artigo pretende-se realizar uma revisão bibliográfica acerca de alguns dos aspectos que marcam o processo de urbanização brasileira. Em especial, abordaremos as recentes transformações engendradas no espaço rural brasileiro e seus efeitos sobre a generalização do fenômeno urbano em espaços eminentemente agrários. A fim de lançar um olhar renovado e crítico para o debate acerca das relações campo-cidade e rural-urbano, propõe-se um enfoque sobre o conceito de “cidades do agronegócio”, cunhado por Denise Elias (2011), para designar espaços produzidos sob a lógica da agricultura financeirizada, e a ela subordinados. Ao retomarmos diferentes abordagens teóricas a respeito da produção do espaço urbano brasileiro, com suas diferentes visões acerca das reconfigurações do espaço rural, oferecemos *insights* importantes para a atualização de um debate que vem sendo alimentado por distintos modos de empreender a superação da dicotomia entre o rural e o urbano.

Palavras-Chave: Urbanização brasileira, Sociedade urbana, Cidades do agronegócio, Relação rural-urbano.

Abstract

NOTES ON THE BRAZILIAN URBANIZATION PROCESS: A LOOK AT THE “CITIES OF AGRIBUSINESS”

Through this article it is intended to carry out a bibliographic review about some of the aspects that mark the process of Brazilian urbanization. In particular, we will address the recent transformations engendered in the Brazilian rural space and its

effects on the generalization of the urban phenomenon in eminently agrarian spaces. In order to throw a renewed and critical look at the debate about Campo-Cidade and Rural-Urban relations, it proposes a focus on the concept of 'agribusiness cities', coined by Denise Elias (2011) to designate spaces produced under the logic of financialized agriculture, and subordinate to it. By resuming different theoretical approaches to the production of Brazilian urban space, with its different views on the reconfigurations of the rural space, we offer important insights to update a debate that has been fed by different ways of undertaking the overcoming of the dichotomy between the rural and the urban.

Key-words: Brazilian Urbanization, Urban Society, Agribusiness cities, Rural-urban relationship.

1. Introdução

A compreensão do urbanismo e do tema forma-espaco-processo social requer entender como a atividade humana cria a necessidade de conceitos espaciais específicos, e como a prática social e cotidiana resolve, com aparente tranquilidade e perfeição, os mistérios filosóficos profundos relativos à natureza do espaço e às relações entre o processo social e as formas espaciais.

David Harvey

O início da urbanização brasileira, engendrado pela metrópole portuguesa, se deu de forma um tanto dispersa. “No começo, a ‘cidade’ era bem mais uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante (...) sua evolução vai depender da conjunção de fatores políticos e econômicos” (SANTOS, 1993, p. 17). De um modo geral, foi a partir do século XVIII que a urbanização se desenvolve com a presença mais efetiva dos fazendeiros e donos de engenho nas cidades. Contudo, foi necessário ainda mais um século para que a urbanização atingisse sua maturidade, e ainda mais um século, o século XX, para que adquirisse as características que hoje conhecemos (SANTOS, 1993).

Notadamente, é entre o final século XIX e meados do século XX que ocorre a mais profunda aceleração do processo de urbanização brasileira. A passagem do Império para o Regime Republicano inaugurou uma nova era de industrialização e urbanização, e, nesse sentido, de aumento da racionalidade administrativa e de intervenção do Estado na ordem socioespacial vigente. No seio destas transformações residiam ideais positivistas franceses

e a certeza de que, superada a condição fundamentalmente agrária brasileira e lançando mão das mais modernas técnicas de engenharia e urbanismo, o Brasil poderia enfim tornar-se uma espécie de espelho da Europa.

A utopia desenvolvimentista que orientava a visão e o planejamento urbanos no decorrer do século XX foi sendo fermentada na medida em que a problemática urbana crescia, no ritmo de uma população que se avolumava em centros urbanos cada vez mais precários. Fruto, dentre outras coisas, de um contraditório processo de modernização agrícola, a crescente urbanização brasileira passaria a ostentar números cada vez mais voluptuosos. Ainda que os dados fossem escassos (o censo demográfico só apareceria muitas décadas depois), estima-se que foram necessários apenas vinte anos, entre 1920 e 1940, para que o índice de urbanização passasse de 10,7% para 31,24% (SANTOS, 1993).

A política econômica de diversificação das exportações brasileiras, inaugurada ainda no governo Vargas, foi uma das principais responsáveis pelo impulso econômico que resultou em uma profunda reconfiguração na estrutura agrária nacional. A assim chamada modernização agrícola não pretendeu modificar a estrutura fundiária brasileira – o que significaria acompanhar a tendência dos países capitalistas em desenvolvimento – mas, ao contrário, produziu um aumento ainda maior na concentração de terras através da “regularização” jurídica delas, ao passo que pequenos e médios produtores foram sendo expulsos das terras que outrora haviam ocupado por meio da antiga lei de uso e ocupação. Estes se viram golpeados pela promessa, mais uma vez adiada, da reforma agrária em um processo que diversos autores chamaram de *modernização conservadora* (PORTO GONÇALVES, 2000).

As décadas que se seguiram à modernização conservadora foram protagonizadas por um contínuo movimento de êxodo rural. Os “enclaves territoriais” resultantes da nova regularização fundiária foram responsáveis pelo surgimento do “sem-terra” como sujeito social (MARQUES, 2004). Tal processo, responsável por repelir camponeses e trabalhadores da agricultura capitalizada, agora sobrevivendo cada vez mais nos espaços urbanos, revelava aos poucos uma crescente associação do processo de urbanização com a pobreza, cujo lócus passava a ser, cada vez mais, a grande cidade.

O Brasil agrícola do século XXI, por sua vez, é marcado por um processo de urbanização que se deve diretamente à expansão do chamado

agronegócio globalizado. Segundo Elias (2011), a principal função do urbano se associa às demandas produtivas dos setores relacionados à organização das redes agroindustriais. Como tentaremos demonstrar ao longo do presente artigo, a produção do espaço urbano e sua relação com o “novo” agronegócio globalizado revelam novas faces da relação campo-cidade, objeto de estudos exaustivamente revisitado pelos geógrafos brasileiros. Neste artigo pretendemos direcionar um olhar renovado para este debate, levando em conta especialmente as recentes dinâmicas envolvendo a produção do espaço urbano brasileiro sob a lógica da financeirização agrícola.

Para tanto, analisaremos em um primeiro momento a produção do espaço urbano nos diferentes contextos regionais brasileiros, a fim de confrontar abordagens teóricas advindas do urbanismo clássico responsáveis por naturalizar e cobrir com um poderoso véu ideológico as contradições sociais por detrás deste processo. Em um segundo momento, lançaremos um olhar crítico para o conceito de “cidades do agronegócio”, cunhado por Denise Elias para designar espaços urbanos nascidos no contexto do agronegócio globalizado e subordinados à lógica da agricultura financeirizada. Por fim, consideramos que as diferentes abordagens são capazes de produzir *insights* e contribuir com o debate acerca da relação rural-urbano.

2. As formas e diferenciação espacial no contexto brasileiro

Na esteira das rápidas transformações sociais do século XX, o desejo de reforma das principais cidades, com a adoção de princípios do planejamento urbano, se deu por motivos aqui já delineados. Um deles era sanar os problemas sanitários e político-econômicos que surgiam com o crescimento do contingente populacional, e que não raro culminava em revoltas e ameaças à “ordem social”. Outro motivo, de cunho mais estético, mas não menos político, era o desejo de equiparar as cidades do país a cidades modernas, limpas e funcionais europeias, para que pudessem enfim abrigar as atividades comerciais e industriais destinadas àqueles espaços.

Martins Júnior e Oliveira Neto (2016) demonstram que o enfrentamento do “caos urbano”, que fermentava nas metrópoles brasileiras no

início do século XX, implicou na adoção, por parte da elite política, de reformas de caráter disciplinar, levadas a cabo por meio de dispositivos de controle como a engenharia, a medicina e o aparelho jurídico-repressor. Nascimento, Krajewki e Britto (2013) demonstram também que as intervenções no espaço urbano brasileiro seguiam modelos centrados em questões estéticas e de eficiência do traçado urbano. É notável, por exemplo, a preocupação com a circulação de veículos, da água, do ar e o conforto urbano.

As intervenções feitas visavam, assim, à drenagem profunda e superficial dos terrenos, à canalização de cursos d'água, às melhorias em abastecimento de água e esgotamento sanitário, à regulamentação de novas construções segundo regras sanitárias, à regularização e à limpeza de lotes vagos, à arborização de praças e outros espaços públicos, à pavimentação de ruas, à limpeza pública (NASCIMENTO; KRAJEWKI; BRITTO, 2013, p. 110).

Chama atenção, nas reformas urbanas da primeira metade do século XX, a despreocupação com questões sociais que iam aos poucos se sedimentando e que viriam a se tornar estruturantes da questão urbana brasileira. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, a reforma urbana conhecida como “Pereira Passos” (1903-1906) não previa um plano efetivo que orientasse o crescimento posterior da cidade, ainda que tenha se preocupado com questões estéticas e de eficiência do traçado urbano, com o alargamento e a retificação de ruas (NASCIMENTO; KRAJEWKI; BRITTO, 2013).

É interessante, nesse sentido, destacar as particularidades regionais responsáveis por ditar a forma e o ritmo como o processo de urbanização se deu no território brasileiro. Enquanto as grandes metrópoles brasileiras, Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, passavam por reformas estético-políticas a fim de atender às demandas higienistas e aos anseios modernistas das elites – esbarrando em infraestruturas pré-existentes e outros investimentos fixos vindos do passado, o Centro-Oeste e, em alguma medida, a Amazônia, apresentavam-se como regiões extremamente receptivas às novas formas de urbanização (SANTOS, 1993):

Por isso receberam uma infraestrutura nova, totalmente a serviço de uma economia moderna, já que em seu território eram praticamente ausentes as marcas dos precedentes sistemas técnicos. Desse modo, aí o novo vai dar-se com maior velocidade e rentabilidade. E é por isso que o Centro-Oeste conhece uma taxa extremamente alta de urbanização, podendo nele se instalar, de uma só vez, toda a materialidade contemporânea indispensável a uma economia exigente de movimento (*Ibidem*, 1993, p. 61).

Oliveira Neto e Martins Júnior (2020), percorrendo o processo de estruturação urbana de Campo Grande-MS, demonstram que, desde sua origem, na virada do século XIX para o XX, a cidade já dava sinais de que seria estruturada segundo uma lógica diferente da maior parte das cidades brasileiras naquela época já estruturadas. Quando ainda era constituída por apenas uma rua, o estabelecimento do Código de Posturas de Campo Grande foi responsável por determinar regras para construções e utilização de espaços públicos que sequer existiam, fato que demonstrava uma preocupação por parte de seus fundadores em regular o espaço urbano segundo padrões burgueses, seguindo as demandas de um modo de produção capitalista em gestação.

Essa mesma lógica viria a se estender para outras cidades do Centro-Oeste que surgiriam no decorrer da segunda metade do século XX. Com a descoberta do potencial de exploração econômica do Cerrado, na esteira de uma pujante revolução técnico-científica, estabelecem-se condições para uma agricultura moderna, um consumo diversificado e, conseqüentemente, para uma nova etapa da urbanização brasileira (SANTOS, 1993). Assim, o novo patamar que o processo de urbanização alcança a partir da década de 1970, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do ponto de vista qualitativo, foi diretamente arrolado ao início da exploração econômica de um agronegócio cada vez mais globalizado no interior do território brasileiro.

Embora parte significativa dos estudos em urbanismo aponte para o surgimento das cidades enquanto algo que se dá de maneira espontânea, ou por uma necessidade natural de superar a condição de fragilidade a que estamos submetidos – “só reunindo-nos nas cidades podemos compensar a fragilidade de nossa condição original” (BRANDÃO, 2013, p. 39) – defendemos que a urbanização se desenvolve em função das contradições sociais engendradas no espaço.

Nesse sentido, as postulações de Henri Lefebvre (2001; 2016) nos ajudam a refletir de forma crítica a respeito do processo de urbanização, não só no contexto brasileiro, mas na totalidade que lhe é própria. Segundo o autor, o planejamento urbano e o urbanismo, ao encarregar-se de problemas como as redes de circulação e consumo presentes na cidade, acabaram por reduzi-la a um mero produto, cujas soluções para o bom funcionamento dependeriam exclusivamente da racionalidade técnica.

O urbanismo saberia discernir os espaços doentes dos espaços ligados à saúde mental e social, geradores dessa saúde. Médico do espaço, ele teria a capacidade de conceber um espaço social harmonioso, normal, normalizante. A partir de então sua função seria a de atribuir a esse espaço as realidades sociais preexistentes (LEFEBVRE, 2001, p. 49).

O urbanismo enquanto ideologia, denunciado exaustivamente pelo autor, está atrelado à crença de que os problemas urbanos figuram no espaço, e não na sociedade e em suas contradições. O urbanismo “transpõe para termos espaciais tudo o que provém da história, da consciência” (*idem*). Embora o espaço contenha as implicações do planejamento urbano, seu significado prático e teórico extrapola as funcionalidades previstas para ele. O espaço não é somente intuído e organizado, “ele é também modelado, apropriado por este ou aquele grupo, segundo suas exigências, sua ética e sua estética, ou seja, sua ideologia” (LEFEBVRE, 2016, p. 78).

Enquanto parte dos estudos em urbanismo tenderam a conceber o urbano como “uma coisa em si mesma” ou como “realidade acabada”, autores como David Harvey, Henri Lefebvre e Manuel Castells, na esteira do materialismo histórico-dialético, inauguraram uma espécie de “racionalidade urbana”, segundo a qual a urbanização deveria enfim ser compreendida enquanto processo que se desenvolve em consequência (e para além) da industrialização e das relações sociais de produção. Assim, advogaram pela concepção de uma urbanização enquanto *locus* favorável para a análise dos processos sociais operados na sociedade, “um espelho no qual outros aspectos da sociedade se refletem” (HARVEY, 1980, p. 7). Ao identificarem a armadilha ideológica que operava no seio da Economia Urbana, da Sociologia e da Geografia Urbanas clássicas, para as quais a sociedade não passava de um agregado de indivíduos consumidores, aqueles teóricos fundaram uma visão fundamentalmente *política* a respeito da urbanização, e a partir disso contribuíram com o exame dos novos movimentos sociais, suas reivindicações, sua dinâmica e sua controversa relação com o Estado (SOUZA, 2003).

Ana Fani Carlos (2020), em leitura acerca da obra de Lefebvre, afirma que a reprodução da cidade atual sob um novo momento da acumulação (financeira) atualiza e redefine a alienação do mundo, através do afastamento do sujeito produtor de sua obra – a cidade – vivida cada vez mais como estranhamento. Por isso, a análise acerca do desenvolvimento das cidades brasileiras gestadas no contexto do agronegócio globalizado, sob a

luz dos conceitos oferecidos por Lefebvre, trata de identificar as diferenças entre a cidade e o urbano, refletindo sobre as dimensões prática e teórica deste último.

3. O urbano e o rural na era do agronegócio globalizado

Enquanto grande parte dos autores postula que a urbanização é uma consequência exterior e menor da industrialização, Lefebvre se apoia na ideia de que a urbanização se tornou mais importante que a industrialização, sua causa inicial, devendo, portanto, ser compreendida enquanto um problema social maior e mais profundo. Sendo assim, a urbanização não deve ser confundida com a cidade, objeto espacial que ocupa um sítio, pois o urbano designa uma realidade em formação, que é em parte real e em parte virtual, ela se explicita naquilo que é a “sociedade urbana” (LEFEBVRE, 2016).

Portanto, o urbano não se limita à cidade, ele corresponde antes ao conjunto de relações “estruturadas cognitivamente e extrapoladas para a realidade palpável; o urbano implica, assim, em um modo de vida que se projeta sobre a cidade – mas não exclusivamente sobre ela” (SODRÉ; MARTINS, 2016). Nesse sentido, a urbanização completa da sociedade, ou a urbanização enquanto virtualidade, conforme sugeriu Lefebvre ainda na década de 1970, está hoje mais do que nunca explicitada.

Ao contrário do que uma leitura rápida da obra do autor possa sugerir, o campo não tende a desaparecer com o processo de urbanização, ele segue sendo o local onde se dá a exploração de matérias primas para o consumo e a comercialização. Assim, seguindo o fio do raciocínio de Lefebvre, o urbano não acaba com o rural, ao contrário, as particularidades do campo podem ser potencializadas pela condição urbana, na medida em que se torna parte essencial da sociedade globalizada (FIORAVANTI, 2018).

É necessário, desta forma, repensar o modo como temos lido a relação entre campo e cidade, ou entre o rural e o urbano, buscando extrapolar a ideia de apenas uma interdependência entre os dois. A tentativa de compreensão da imbricação do rural no urbano, e vice e versa, levou a formulações como “agrocidades” ou “rururbano”. De acordo com Fioravanti (2020), tais termos

reforçam uma antiga dicotomia entre campo e cidade, ao colocarem esta última em uma posição de dependência em relação às atividades agrícolas e ao campo. Além disso, na contramão do pensamento lefebvriano, estes conceitos pressupõem a existência de um urbano restrito à própria cidade.

O perigo deste entendimento reside em não conceber a atual forma de reprodução do capital no espaço agrário brasileiro como uma estratégia de urbanização que responde às demandas por acumulação (FIORAVANTI, 2018). Antes de adentrarmos nesta reflexão, retomemos brevemente as raízes da chamada escolha nacional (DELGADO, 2012), que legou ao Brasil o título de um dos maiores exportadores mundiais de *commodities* e aprofundou o processo de urbanização do espaço rural.

Ao longo dos últimos anos, teóricos de diversas áreas do conhecimento vêm buscando analisar os diversos fatores que permitiram o crescimento exponencial da produção e da exportação de *commodities* brasileiras para o mercado global – processo que se desenvolveu simultaneamente a uma comprovada vulnerabilização social e ambiental. Uma parte significativa destes estudos chama atenção para o fato de que o início dos anos 2000 foi marcado por um novo momento do capitalismo mundial. A crise econômica, que culminou na quebra da bolsa de valores em 2008, resultou na consolidação de um grande mercado futuro de *commodities*, através de um renovado e potente afluxo de capital financeiro em direção ao setor da agroindústria. Assim, o chamado *boom das commodities* se concretizou sob uma inédita expansão do agronegócio em função do capital financeiro e de seus novos mecanismos de investimento (BOECHAT, 2020).

No contexto brasileiro, Pitta e Vega (2017) explicitam que o aumento exponencial da produção de soja, cana de açúcar e outros insumos agrícolas demandou um aumento da capacidade de expansão dos capitais financeiros, o que significaria não só um aumento produtivo, mas também um aumento da área plantada, em níveis que também moveram a subida inflacionária do preço da terra como ativo financeiro. Tal processo levou a um significativo aumento da concentração fundiária e a um renovado movimento de êxodo rural.

É significativo observar que uma paulatina mudança nas relações sociais de produção, através do “incremento da formação de um mercado de trabalho agrícola formal, em parte composto por pequenos agricultores

expulsos ou expropriados pela difusão do agronegócio” (ELIAS, 2011, p. 158), acabou culminando em uma reorganização na divisão social e territorial do trabalho agropecuário e, conseqüentemente, em uma também reorganização dos arranjos territoriais brasileiros. Nesse sentido, o conceito de Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs), elaborado por Denise Elias, busca organizar, de maneira explicativa, as novas formas de reestruturação do espaço agrário brasileiro:

As RPAs são os novos arranjos territoriais produtivos agrícolas, os territórios das redes agroindustriais, escolhidos para receber os mais expressivos investimentos produtivos inerentes ao agronegócio globalizado, representando suas áreas mais competitivas. Nelas encontram-se partes dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação de importantes commodities agrícolas, evidenciando a dinâmica territorial do agronegócio (ELIAS, 2011, p. 153).

Ao passo que a lógica de financeirização agrícola se difunde no interior do território brasileiro, observa-se também um crescimento de áreas urbanizadas, decorrentes das exigências da gestão da agropecuária. Isso porque, de acordo com a autora, a produção agrícola e agroindustrial demanda a existência e a manutenção de espaços urbanos colados aos espaços agrícolas, de maneira que os primeiros se adaptem aos segundos, a fim de que possam garantir o fornecimento de aportes técnicos, financeiros, jurídicos, mão de obra e de todos os demais produtos e serviços necessários à sua realização (ELIAS, 2011).

Tal fato colabora para que se consolide no Brasil do século XXI uma generalização do fenômeno da urbanização. Milton Santos, observando uma parte deste processo se concretizando algumas décadas antes, explicou que

as cidades locais se especializam tanto mais quanto na área respectiva há possibilidades para a divisão do trabalho, tanto do ponto de vista da materialidade quanto do ponto de vista da dinâmica interpessoal. Quanto mais intensa a divisão do trabalho numa área, tanto mais cidades surgem e tanto mais diferentes são umas das outras (SANTOS, 1993, p. 52).

Buscando refletir acerca deste processo que vem se transformando e se reinventando ao longo das últimas décadas, Elias (2011) cunhou o conceito de “cidades do agronegócio”, para se referir aos lugares cuja subordinação ao agronegócio resulta em formas inéditas de gestão, apropriação e concepção do território. “A cidade do agronegócio é aquela cujas funções

de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções” (ELIAS, 2011, p. 162), evidenciando assim a dependência da economia urbana em relação à produção agrícola ou a alguma etapa da industrialização dessa produção.

Sob uma perspectiva crítica ao que propõe Denise Elias acerca das cidades do agronegócio, Livia Fioravanti (2018) analisou o desenvolvimento de Primavera do Leste, uma típica “cidade do agronegócio”, localizada no Mato Grosso. A autora defende a tese de que, em se tratando de um processo realizado em um momento histórico marcado pela urbanização enquanto virtualidade, na qual a acumulação capitalista se realiza por meio do espaço, a cidade do agronegócio corresponde ao próprio investimento fundiário e imobiliário – e não apenas à subordinação aos investimentos rurais. Nesse sentido, o urbano, mais do que um fenômeno que nasce e/ou se mantém dependente do agronegócio globalizado, torna-se, ele próprio, o negócio em torno do qual os demais negócios orbitam.

Munida dos conceitos postulados por Lefebvre, a autora analisa o processo de urbanização de uma cidade do agronegócio não só do ponto de vista de seus fenômenos predominantemente agrários, mas daqueles que dizem respeito ao processo de urbanização. Ela demonstra que a cidade é, ela mesma, o objetivo da valorização, por meio de uma rentável inversão, produção e venda de terrenos em um contexto de fragmentação e loteamento de terras. “A cidade, longe de ser um local passivo onde se concentram as atividades vinculadas ao campo, foi a condição para que um campo cada vez mais tecnificado e financeirizado pudesse se realizar” (FIORAVANTI, 2018, p. 23).

A autora relativiza a ideia de “fronteira agrícola”, ao propor que a fronteira que se expande no Centro-Oeste e no Norte do Brasil é, em verdade, urbana. Isso porque o afluxo de capital em direção a novas áreas de expansão agrícola tem na urbanização sua condição e seu meio. A implantação de cidades no Centro-Oeste brasileiro não deve ser vista, neste sentido, como uma mera consequência da expansão agrícola.

Se, por um lado, ao aportar uma perspectiva totalizante da realidade, a urbanização é entendida enquanto um processo que extrapola a industrialização e se consolida naquilo que é a “sociedade urbana”; por outro lado, ainda que o urbano seja visto enquanto um processo que vem se generalizando

em regiões de recente incorporação da fronteira agrícola, as marcas de um espaço rural, ainda que em transformação, permanecem resguardadas.

Nesse contexto, é importante mencionar que a defesa da permanência das ruralidades, mesmo com os resultados de uma generalização da urbanização no espaço rural brasileiro, vem ganhando espaço nos estudos sobre o tema. A reflexão acerca dos processos de construção de representações e práticas sociais, no contexto do “rural”, marca um posicionamento que pretende ser uma espécie de alternativa para se pensar a relação entre espaço rural e espaço urbano. Ela surge da percepção de que o rural vem incorporando, ao longo das últimas décadas, novas funcionalidades que se traduzem em possibilidades de permanência de pequenos agricultores e outros atores no espaço rural, por meio da criação de oportunidades de trabalho e renda. Exemplos puderam ser observados por Rambo (2012), no contexto catarinense: hortas agroecológicas, piscicultura, reflorestamento, pequenas agroindústrias de peixe, turismo rural, feirantes fixos e ambulantes (venda de cucas, pães, bolachas e doces diversos), criação de ovelhas, gado de corte, cavalos de raça e outros.

Por fim, as múltiplas leituras existentes acerca das relações campo-cidade e rural-urbano no Brasil, das quais abordamos apenas algumas, deixam entrever que este é um tema em constante disputa no âmbito da Geografia. Restringimo-nos, por hora, a este campo do conhecimento, deixando de levar em conta as outras diversas leituras propostas pela sociologia, pela arquitetura e pela economia. De todo modo, seja qual for a perspectiva a ser empregada, David Harvey (1980) aponta que é a leitura da prática social e cotidiana, em constante mutação, que deve orientar a teoria acerca da natureza do espaço e das relações entre o processo social e as formas espaciais.

4. Considerações finais

No presente artigo propusemos que o atual momento de “colagem” do agrário no urbano e da cidade no campo, exigem uma redefinição no debate, no sentido de romper com as velhas dicotomias gestadas no seio da Geografia e de outras disciplinas. A ideia de generalização do processo

de urbanização, instigada por Henri Lefebvre décadas atrás, pode ser facilmente verificada nos recentes arranjos do espaço rural brasileiro. Ainda assim, a extensão da urbanização para a totalidade das relações espaciais, em um movimento no qual o próprio campo é eminentemente urbano, aposta em uma leitura totalizante da realidade, deixando de levar em conta outras escalas possíveis de análise.

Por fim, concordamos com Carlos (2020) quando afirma que a Geografia, ao investigar os processos e fenômenos produzidos no espaço e produtores dele, encontra um profícuo horizonte de perspectivas para a construção deste debate. Isso porque o espaço oferece a possibilidade de leitura da realidade, através do plano da vida cotidiana e do lugar, e é nesse âmbito que submergem os conflitos que sinalizam as contradições vividas.

Referências

BOECHAT, C. A. **Geografia da crise no agronegócio sucoenergético: *land grabbing* e *flex crops*** na financeirização recente do campo brasileiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BRANDÃO, C. A. L. Um homem livre, uma cidade feliz. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 36-53, 2013.

CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 01, p.349-369, 2020.

DELGADO, G. C. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: Mudanças Cíclicas em Meio Século**. Rio Grande do Sul: UFRGS Editora, 2012.

ELIAS, D. Agronegócio e Novas Regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 153-167, 2011.

FIORAVANTI, L. M. **Do agronegócio à cidade como negócio: a urbanização de uma cidade mato-grossense sob a perspectiva da produção do espaço**. 2018. 326f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**: O direito à cidade II. Belo Horizonte: Editoria UFMG, 2016.

MARQUES, M. I. M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004. p. 145-164.

MARTINS JUNIOR, C.; OLIVEIRA NETO, A. F. de. Representações do “caos urbano”. As reformas nas cidades brasileiras da belle époque. **História & Perspectivas** (UFU), v. 29, p. 313-340, 2016.

NASCIMENTO, N. O.; KRAJEWKI, J. B.; BRITTO, A. L. Águas urbanas e urbanismo na passagem do século XIX ao XX: O trabalho de Saturnino de Britto. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 102-133, 2013.

OLIVEIRA NETO, A. F. de; MARTINS JUNIOR, C. Da vila de uma rua só à metrópole regional: O processo de estruturação urbana de Campo Grande. In: CALIXTO, M. J.; MORENO, B.; BERNADELI, M. L. da H. (Org.). **O urbano em Mato Grosso do Sul**: abordagens e leituras. Dourados: Editora da UFGD, 2020. p. 257-272.

PITTA, F.; VEGA, G. **Impactos da expansão do agronegócio no MATOPIBA**: comunidades e meio ambiente. Rio de Janeiro: Editora Action Aid, 2017.

PORTO-GONÇALVES, C. W. As Minas e os Gerais – Breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In: LUZ, C.; DAYRELL, C. (Org.). **Cerrado de desenvolvimento**: tradição e atualidade. Montes Claros/MG: CAA/NM-Rede Cerrado, 2000. p. 19-45.

RAMBO, N. F. **As novas ruralidades e as recentes alternativas da agricultura familiar no município de Itapiranga (SC)**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), março de 2012.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SODRÉ, M. T.; MARTINS, S. F. A relação entre rural e urbano na ótica de Henri Lefebvre: um estudo sobre o papel das tríades lefebvrianas na configuração espacial contemporânea, **Norus - Novos Rumos Sociológicos**, v. 4, p. 52-65, 2016.

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade**. Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

Recebido em 19/10/2022

Aceito em 04/11/2022